



RELISE

**PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA:  
ESTUDO COM PRODUTORES DA SERRA GAÚCHA<sup>1</sup>**

*SUSTAINABLE PRACTICES IN THE REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA:  
STUDY WITH PRODUCERS IN SERRA GAÚCHA*

*Joel Tshibamba Mukend<sup>2</sup>*

*Vandoir Welchen<sup>3</sup>*

*Mayron Dalla Santa de Carvalho<sup>4</sup>*

*Maria Luiza Furlanetto Carrer<sup>5</sup>*

*Pelayo Munhoz Olea<sup>6</sup>*

*Jefferson Marçal da Rocha<sup>7</sup>*

**RESUMO**

O Brasil tem acompanhado o crescimento mundial da produção e demanda por alimentos orgânicos. Esses sistemas de produção podem contribuir para o desenvolvimento sustentável ao integrar práticas ambiental, econômica e socialmente sustentáveis. A agroecologia, um dos sistemas agrícolas mais sustentáveis do mundo, pode contribuir com essa questão. Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar, sob a perspectiva econômica, social e ambiental, se as práticas de produtores de orgânicos da Rede Ecovida de Agroecologia estão alinhadas com o desenvolvimento sustentável. Para isso, foram entrevistados produtores rurais de dois grupos do Núcleo Regional da Serra Gaúcha, de Caxias do Sul, sul do Brasil. Esses agricultores também foram acompanhados nas feiras realizadas para a comercialização do excedente de sua produção. Verificou-se, além das práticas sustentáveis, que esses produtores, suas famílias e os demais integrantes dos grupos têm na agroecologia uma filosofia de vida.

---

<sup>1</sup> Recebido em 05/11/2021. Aprovado em 11/11/2021.

<sup>2</sup> Universidade de Caxias do Sul. tshibambajoel@yahoo.fr

<sup>3</sup> Universidade de Caxias do Sul. vwelchen90@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade de Caxias do Sul. marion\_sei@hotmail.com

<sup>5</sup> Uniftec Bento Gonçalves. marialuizacarrer@gmail.com

<sup>6</sup> Universidade Federal do Rio Grande. Pelayo.olea@gmail.com

<sup>7</sup> Universidade Federal do Pampa. jeffersonmrocha@gmail.com



RELISE

202

**Palavras-chave:** sustentabilidade, *triple bottom line*, agroecologia, agricultura orgânica.

## ABSTRACT

Brazil has followed the worldwide growth in production and demand for organic food. These production systems can contribute to sustainable development, by integrating environmentally, economically and socially sustainable practices. Agroecology, one of the most sustainable agricultural systems in the world, can contribute to this issue. The objective of this research was to analyze, from an economic, social and environmental perspective, whether the practices of organic producers in the Rede Ecovida de Agroecologia are aligned with sustainable development. Agricultural producers of two groups of the Regional Nucleus of Serra Gaucha, Caxias do Sul, southern Brazil, were interviewed. These owners were also accompanied at fairs held to sell the surplus of their production. In addition to sustainable practices, it was found that these producers, their families and other members of the groups, have a philosophy of life in agroecology.

**Keywords:** sustainability, triple bottom line, agroecology, organic agriculture.

## INTRODUÇÃO

A produção orgânica vem crescendo no Brasil e no mundo (REGANOLD; WACHTER, 2016; MORAES; OLIVEIRA, 2017; SEUFERT; RAMANKUTTY; MAYERHOFER, 2017; WILLER et al. 2020), estimulada por uma demanda cada vez maior de alimentos saudáveis e pela consciência do produtor em diminuir a utilização de agrotóxicos nas lavouras, em função dos riscos à saúde e ao meio ambiente (SEUFERT; RAMANKUTTY; FOLEY, 2012; MORAES; OLIVEIRA, 2017). Nesse cenário, estudos com agricultores orgânicos demonstraram que, em algumas circunstâncias, um sistema de produção orgânica pode ser ao mesmo tempo ambiental, econômica e socialmente sustentável (SHRECK; GETZ; FEENSTRA, 2006).

No mundo, mais de 71,5 milhões de hectares das terras agrícolas (1,5%) estão ocupados com a produção orgânica, sendo cultivados por



RELISE

203

aproximadamente 2,8 milhões de produtores e movimentando um montante de 95 bilhões de euros. Na América Latina, quase 228 mil produtores manejam mais de 8 milhões de hectares de terras agrícolas organicamente. O Brasil tem o maior mercado para produtos orgânicos e ocupa a terceira colocação na América Latina, com 1,2 milhões de hectares de terras agrícolas orgânicas (WILLER et al. 2020). Uma parcela de 15% da população urbana compra alimentos orgânicos com regularidade nas grandes capitais, e os benefícios para a saúde, a contribuição ao meio ambiente e as melhores características dos produtos se comparados aos convencionais são as principais motivações para o consumo de orgânicos no Brasil (ORGANIS & MARKET ANALYSIS, 2017). Segundo a Organism & Market Analysis (2017), o maior mercado de orgânicos do país está na região Sul, onde o consumo ultrapassa o dobro do consumo nacional.

As preocupações com a produção de alimentos de alta qualidade biológica em sistemas agrícolas sustentáveis remontam ao início do século XX. Entre os vários sistemas agrícolas sustentáveis ou alternativos, a agroecologia apresenta inúmeros atributos favoráveis: não faz uso de insumos químicos, é sustentável em todas as suas dimensões, proporciona grande diversidade genética no cultivo, mostra-se socioeconomicamente associada, estimula as relações de vizinhança e produz alimentos com alta qualidade biológica e nutricional (NODARI; GUERRA, 2015; SILVA; SILVA, 2016).

A agricultura orgânica é frequentemente vista como um primeiro passo para a adoção de mais práticas agroecológicas (MEDLAND, 2016). Esse tipo de agricultura pode ser concebido sob a égide da agroecologia, uma vez que ambas as abordagens – orgânica e agroecológica – buscam transformar os sistemas alimentares em um contexto ecológico e cultural específico (WILLER et al., 2020), ainda que com suas especificidades. Enquanto a agricultura orgânica frequentemente se concentra em práticas de cultivo e regulamentação de insumos, a agroecologia busca integrar diversos componentes e práticas do



RELISE

sistema alimentar, conhecimento local e princípios socioeconômicos no projeto de sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis (FRANCIS et al., 2003; WILLER et al., 2020). Assim, este estudo tem o foco na agroecologia por envolver o entendimento sistêmico das práticas dos produtores, mas agrega o tema da agricultura orgânica por ser a base das práticas estudadas.

A agricultura orgânica depende de práticas agrícolas baseadas em ciclos ecológicos e objetiva minimizar o impacto ambiental da indústria alimentícia, preservando a sustentabilidade do solo em longo prazo e reduzindo ao mínimo o uso de recursos não renováveis (GOMIERO; PIMENTEL; PAOLETTI, 2011). Essa forma de cultivo vai ao encontro da ideia de desenvolvimento sustentável proposta no Relatório Brundtland (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987), que o define como o desenvolvimento capaz de propor ações que satisfaçam às necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades de reprodução econômica e social das gerações futuras. Desde o Relatório Brundtland, o desenvolvimento de qualquer setor deve envolver o respeito aos princípios da sustentabilidade, o que significa desenvolvimento econômico, social e ambiental, fazendo com que a agricultura orgânica passasse a ser um campo importante na busca por um desenvolvimento mais sustentável (ACELEANU, 2016).

Ao relacionar as perspectivas internas e externas de uma organização, é possível afirmar que a sustentabilidade significa sustentar e expandir o crescimento econômico, o valor ao acionista, o prestígio (reputação) corporativo, o relacionamento com os clientes, a qualidade dos produtos e serviços, a adoção e busca de práticas éticas e a criação de empregos sustentáveis, ou seja, significa construir valor a todos os envolvidos (FIGGE; HAHN, 2004). Tal perspectiva se insere no *Triple Bottom Line*, modelo proposto por Elkington (1998) que indica a existência de três dimensões da sustentabilidade – econômica, social e ambiental –, as quais precisam estar em equilíbrio, a fim de



RELISE

que o desenvolvimento sustentável seja alcançado.

No que concerne à dimensão econômica, faz-se necessário um engajamento comercial que gere renda suficiente para que uma organização se sustente e possua insumos financeiros organizados que se equivalham ou até mesmo excedam seus resultados, com destaque para fatores como crescimento do emprego, participação do mercado e receita por setor que contribua para a economia global (ELKINGTON, 1998; ELKINGTON, 2004; SCHULZ; FLANIGAN, 2016). Já no que diz respeito à dimensão social, há uma preocupação com rendimentos justos e acesso a bens, serviços e empregos (BARTELMUS, 2003; LEHTONEN, 2004), de modo que fatores como voluntariado, educação, formação dos colaboradores, acesso a recursos sociais, bem-estar dos trabalhadores e capital social são relevantes nessa dimensão (ELKINGTON, 1998; ELKINGTON, 2004; SCHULZ; FLANIGAN, 2016). No que se refere à dimensão ambiental, destaca-se o desempenho ambiental como uma questão estratégica e competitiva, com uma intersecção entre as dimensões ambiental e econômica, para que a empresa desenvolva bens e serviços que atendam às necessidades da sociedade, gerando menos poluição e utilizando menos recursos naturais (ELKINGTON, 1998; ALMEIDA, 2002; ELKINGTON, 2004; BARBIERI et al., 2010).

Tais dimensões remetem, desse modo, à defesa da agricultura familiar como agente fundamental na construção do desenvolvimento socioeconômico sustentável do meio rural (GAVIOLI; COSTA, 2011; PADUA; SCHLINDWEIN; GOMES, 2013). Nessa conjuntura, avaliações de sustentabilidade desenvolvidas especificamente para o campo da agroecologia também têm fornecido uma grande contribuição à capacidade desses agricultores de delinear, implementar e avaliar ganhos de sustentabilidade de uma forma abrangente e prática (ASTIER et al., 2012). Trata-se da saga pela sobrevivência não só da espécie humana, como também da maioria das espécies, e a agroecologia, um



RELISE

dos sistemas agrícolas mais sustentáveis do mundo, pode contribuir com essa questão (NODARI; GUERRA, 2015).

Diante desse contexto, é necessário conceder maior incentivo e visibilidade às experiências orgânicas já existentes e estimular as políticas públicas que fortalecem a agricultura orgânica, para, assim, ampliar o diálogo com a sociedade, evidenciar as vantagens e os benefícios da produção orgânica (PADUA; SCHLINDWEIN; GOMES, 2013; SILVA; SILVA, 2016; MORAES; OLIVEIRA, 2017) e melhorar a sustentabilidade no setor alimentar. Entre esses benefícios, pode-se citar os valores sociais e o cuidado com o meio ambiente e a saúde da família, aspectos que incentivam os agricultores a iniciar a produção orgânica. Outra razão para o desenvolvimento da produção orgânica consiste no crescimento esperado da demanda, que também está relacionado aos valores sociais: o aumento da consciência ambiental e a mudança ambiental dos padrões de consumo (REGANOLD; WACHTER, 2016; KOCISZEWSKI et al., 2020).

A demanda por produtos orgânicos é impulsionada, nesse cenário, pelo fato de que eles são mais saudáveis, saborosos e ecologicamente corretos do que os produtos convencionais. Também já foi comprovada a vantagem da produção orgânica para a saúde e melhoria ambiental, já que nesse sistema de produção os pesticidas são praticamente eliminados e a perda de biodiversidade, a erosão eólica e hídrica, o uso de combustíveis fósseis e o potencial de aquecimento do efeito estufa são reduzidos (LOTTER, 2003; VIEIRA; GUILHERME; ITAVO; TASHIMA, 2016; SEUFERT; RAMANKUTTY; MAYERHOFER, 2017; EBERLE; ERLO; MILAN; LAZZARI, 2019; DE TONI et al., 2020).

Cabe mencionar, ainda, que, embora a redução de rendimento dos sistemas orgânicos em relação aos convencionais costume variar de 10 a 15%, essa diminuição é geralmente compensada por menores custos de insumos e



RELISE

207

maiores margens brutas de lucro (LOTTER, 2003; SEUFERT; RAMANKUTTY; FOLEY, 2012; REGANOLD; WACHTER, 2016). Sob certas condições – isto é, com boas práticas de manejo e determinados tipos de cultura e condições de cultivo – os sistemas orgânicos podem, portanto, obter rendimentos equivalentes aos dos sistemas convencionais (SEUFERT; RAMANKUTTY; FOLEY, 2012; REGANOLD; WACHTER, 2016). Entretanto, persiste uma resistência por parte de alguns consumidores devido aos preços dos produtos orgânicos em comparação aos convencionais, que em geral apresentam um custo acrescido de 30% (VIEIRA; GUILHERME; ITAVO; TASHIMA, 2016; ASCHEMANN-WITZEL; ZIELKE, 2017).

O processo de certificação, realizado por organizações voluntárias que estabelecem padrões de qualidade, depende da confiança do público nas alegações de verdade implícitas em seus rótulos, que preveem que o produto em questão foi produzido usando métodos orgânicos. Tais organizações criam e mantêm essa confiança por meio de estruturas de garantia baseadas na verificação da conformidade com as normas estabelecidas por terceiros (ASCU; FARMERY; GALE, 2019). Em suma, para promover a segurança alimentar e a sustentabilidade, obtendo a certificação, os sistemas agrícolas ecologicamente intensivos devem produzir de forma confiável safras adequadas de alimentos de alta qualidade, melhorar o meio ambiente, ser lucrativos e promover o bem-estar social (NODARI; GUERRA, 2015; SMITH et al., 2019).

Tendo isso em vista, nesta pesquisa objetiva-se analisar, sob a perspectiva econômica, social e ambiental, se as práticas de produtores de orgânicos da Rede Ecovida de Agroecologia estão alinhadas com o desenvolvimento sustentável. Assim, este artigo está estruturado em três seções além desta introdutória. Na primeira, apresenta-se a metodologia adotada para a execução da pesquisa, que inclui entrevistas com agricultores e acompanhamento às feiras de comercialização de orgânicos. Na segunda, são



RELISE

208

analisados e discutidos os dados obtidos, articulando-os ao conhecimento teórico sobre o tema. E, na terceira e última, expõem-se algumas considerações finais.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Com o objetivo de analisar, sob a perspectiva econômica, social e ambiental, se as práticas de produtores de orgânicos da Rede Ecovida de Agroecologia estão alinhadas com o desenvolvimento sustentável, adotou-se nesta pesquisa uma abordagem qualitativa, pois esse tipo de abordagem permite acesso a informações detalhadas de um pequeno número de casos e a consequente compreensão em profundidade de determinadas situações. De natureza aplicada, tendo níveis exploratório e descritivo, esta investigação utilizou como estratégia de pesquisa um estudo qualitativo genérico, estratégia usualmente empregada com a finalidade de compreender um fenômeno ou as perspectivas e visões do mundo dos indivíduos envolvidos (MERRIAM, 2009; PERCY; KOSTERE; KOSTERE, 2015).

Também estudada por Rocha (2008), a Rede Ecovida – formada oficialmente em 1998, com atuação em todos os Estados do Sul do Brasil – trabalha sob os princípios do desenvolvimento sustentável e utiliza a certificação participativa como um processo pedagógico, que resulta de uma dinâmica social instaurada a partir da integração entre os envolvidos com a produção, o consumo e a divulgação dos produtos a serem certificados (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2021). Neste estudo, foram entrevistados dois produtores de cada um dos grupos que compõem o Núcleo Regional da Serra Gaúcha da Rede Ecovida de Agroecologia do município de Caxias do Sul, localizado na região serrana do Rio Grande do Sul, Sul do Brasil. Na Figura 1, a seguir, está ilustrada a localização geográfica dos grupos que participaram da pesquisa.

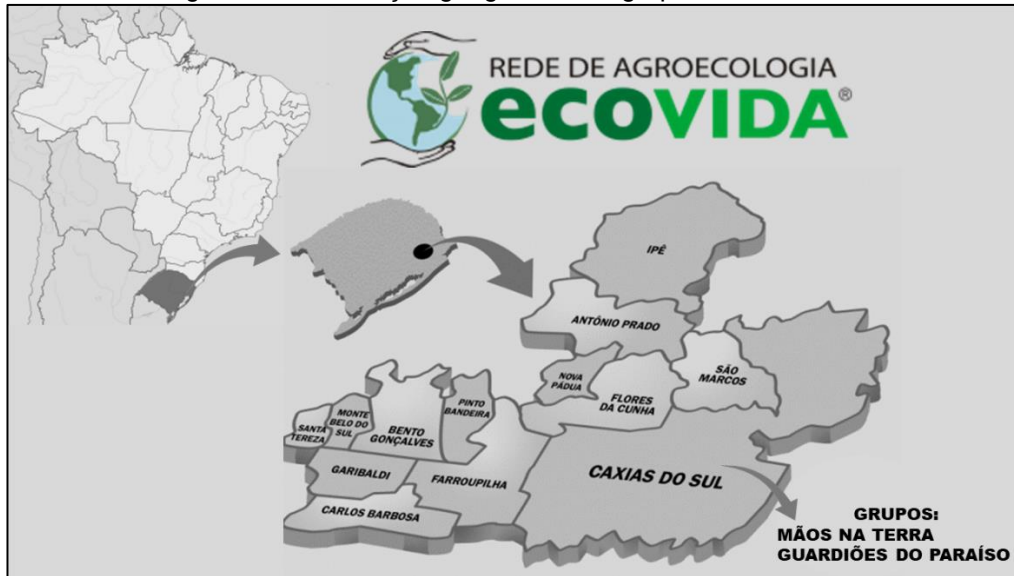




RELISE

209

Figura 1 – Localização geográfica dos grupos entrevistados



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Assim, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, compostas de questões relacionadas a aspectos sociodemográficos de sustentabilidade – dimensões econômica, social e ambiental – e elaboradas a partir da base teórica da pesquisa. O roteiro das entrevistas, sumarizado no Quadro 1, foi validado posteriormente por uma especialista na área de sustentabilidade. Ademais, foram coletados documentos relacionados aos processos produtivos da Rede Ecovida e efetuadas visitas às feiras realizadas para a comercialização do excedente da produção de que os entrevistados participaram em Caxias do Sul, instaurando um processo de observação não participante, que permitiu conhecer a rotina desses sujeitos e das unidades de análise durante o período da pesquisa (novembro de 2019) (DENZIN; LINCOLN, 2018).



RELISE

Quadro 1 – Roteiro semiestruturado aplicado aos entrevistados

Perfil do entrevistado	Idade; escolaridade; tempo na propriedade; número de integrantes da família; e quantidade desses integrantes que trabalham na propriedade
Atividades na propriedade	Trajétoria no meio rural; produção exclusiva de orgânicos ou produção de orgânicos e de convencionais; e satisfação dos membros da família que trabalham na propriedade
Rede Ecovida	Grupo, dentro do Núcleo da Serra Gaúcha da Rede Ecovida, a que está vinculado; tempo de vínculo; e ocupação de algum papel de liderança (no passado ou no presente)
Sustentabilidade	Entendimento do conceito de sustentabilidade; importância para o entrevistado e para a família; e percepção quanto à sua prática (se acredita ser sustentável)
	Dimensões econômica, social e ambiental

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Dessa maneira, a triangulação foi atingida na coleta de dados devido às múltiplas fontes de evidências empregadas na pesquisa (FLICK, 2018). Para a análise e interpretação dos dados, foram empregados os três estágios que Bardin (2013) sugere: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, que abarca a inferência e a interpretação.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados, articulando-os às bases teóricas que fundamentam este estudo. Inicialmente, procede-se à caracterização sociodemográfica dos entrevistados e de suas percepções sobre a Rede Ecovida de Agroecologia. Em seguida, expõem-se as práticas relacionadas à sustentabilidade ambiental, econômica e social relatadas pelos entrevistados em suas atividades com a agroecologia. Os entrevistados estão identificados como Produtor 1 e 2 (P1 e P2), fazendo referência, ainda, ao grupo que integram: Guardiões do Paraíso (GP) e Mãos na Terra (MT).

### *Rede Ecovida de Agroecologia*

Dos quatro produtores que foram entrevistados e acompanhados nas feiras, P1-GP e P2-MT começaram a trabalhar na produção agrícola diretamente



RELISE

211

com orgânicos, P2-GP migrou do sistema convencional para o orgânico, e P1-MT tem uma propriedade mista junto com o pai, que ainda trabalha no sistema convencional. No Quadro 2, a seguir, apresenta-se a caracterização sociodemográfica dos entrevistados.

Quadro 2 – Caracterização sociodemográfica dos entrevistados

<b>Produtor</b>	<b>Formação</b>	<b>Tamanho da família</b>	<b>Início da produção e entrada na Rede</b>	<b>Produtos cultivados</b>	<b>Exerce(u) atividade de liderança</b>
<b>P1-GP</b>	Pós-graduação em Sustentabilidade e Agricultura Orgânica e Graduação em Engenharia Química	3 pessoas, das quais somente o entrevistado trabalha na propriedade	2014	Brotos comestíveis e frutas	Foi suplente de coordenação e hoje faz parte da comissão de ética da Rede Ecovida
<b>P2-GP</b>	Ensino Médio	5 pessoas, das quais 3 trabalham na propriedade	1995	Hortaliças, frutas, legumes e tubérculos	Foi coordenador do Núcleo da Serra Gaúcha
<b>P1-MT</b>	Ensino Médio	5 pessoas, das quais 4 trabalham na propriedade	2016	Hortaliças	Não exerce(u) atividade de liderança
<b>P2-MT</b>	Ensino Fundamental	4 pessoas, das quais somente o entrevistado trabalha na propriedade	2007	Frutas	Não exerce(u) atividade de liderança

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Percebe-se nos produtores entrevistados um sentimento de orgulho e gratidão em poder integrar a Rede Ecovida. P2-GP e P2-MT elencaram que a Rede presta suporte ao desenvolvimento de suas atividades. Além disso, o P2-MT fez um agradecimento à Ecovida pelo auxílio e pela oportunidade de ingresso, enaltecendo a importância de saber a origem dos alimentos consumidos por si e pela sua família e fazendo uma associação à sua condição



RELISE

212

de independência de supermercados e farmácias. Ainda, o P2-MT citou como importante a sua contribuição de produzir alimentos saudáveis e fazer chegar o excedente de seu consumo aos demais consumidores, fatores que contribuem para o crescimento da produção orgânica no Brasil e no mundo (SEUFERT; RAMANKUTTY; FOLEY, 2012; MORAES; OLIVEIRA, 2017).

O P2-MT também destacou a relevância de fazer parte da Rede Ecovida, pois, para ele, significa o meio de poder ser produtor orgânico certificado e participar de aperfeiçoamento em reuniões e cursos. A certificação concede o direito ao produtor de usar o selo da Rede Ecovida, que pode ser visualizado na Figura 2, à direita. Já Os produtores que não integram o sistema participativo, adotado por essa ou outras Rede, usam somente o selo à esquerda na Figura 2. A esse respeito, o P2-GP comentou como funciona basicamente a certificação para quem não faz parte do sistema participativo: “[...] em uma certificadora ‘normal’, ela vem ali, tu pagas, ela faz o serviço e deu”. Ressalta-se, assim, que a certificação é fundamental para os produtores e consumidores, pois acrescenta credibilidade ao sistema de produção orgânica (ASCUI; FARMERY; GALE, 2019).

Figura 2 – Selos para certificação dos produtos orgânicos



Fonte: Rede Ecovida de Agroecologia (2021).

Ademais, nota-se que a Rede é uma entidade bem-organizada, aberta e transparente, tanto para consumidores quanto para produtores, o que pôde ser observado nas idas às feiras pela atenção que os produtores dispensam para



RELISE

explicar e tirar dúvidas dos consumidores. Quanto aos requisitos para integrar a Rede, conforme o P1-GP, basta ter boa vontade e disponibilidade de tempo, além de planejamento para conseguir conciliar os cursos e as demais atividades com a produção. Na mesma linha, o P1-MT disse que interesse pelos produtos orgânicos é suficiente para ingressar na Rede e permanecer no grupo. P2-MT, por sua vez, mencionou as rígidas exigências ambientais, mas salientou igualmente a simplicidade para o ingresso na Rede ao dizer que “é só participar, tanto que se chama grupo participativo”, sendo necessário, também, comprovar o histórico da propriedade. Ademais, revelou que pessoas que almejam ingressar na Rede somente com a finalidade de ganhar dinheiro e tirar vantagem não se encaixam no sistema participativo, aspecto que vai ao encontro da literatura, que prevê que pode ser comum esse interesse na produção orgânica apenas pelo prêmio no preço, que gira em torno de 30% (VIEIRA; GUILHERME; ITAVO; TASHIMA, 2016; ASCHEMANN-WITZEL; ZIELKE, 2017).

Em relação à Rede Ecovida, os entrevistados relataram satisfação com seu trabalho, sua qualidade de vida e seus retornos econômicos. O P1-GP mencionou que, ao ingressar na produção orgânica, teve sua renda diminuída em cinco vezes, mas, ainda assim, percebeu vantagens, salientando o benefício de “não ter *stress* nas atividades”, o fato de que não voltaria para a atividade desempenhada anteriormente e o aumento da qualidade de vida da sua família. No mesmo sentido, o P1-MT afirmou que a produção convencional foi criada com base na ganância: “com certeza eu não volto”. O P2-GP, por sua vez, explicitou que deixa claro, há muitos anos e para todos os que visitam sua propriedade, inclusive estrangeiros, que jamais voltaria para o sistema de cultivo com agrotóxicos: “não é por questão de dinheiro, é por consciência, ela não permite mais voltar”. O P2-MT também expressou sua satisfação: “estamos direto em convívio com a natureza e nos alimentamos saudavelmente”. Tais resultados corroboram estudos anteriores sobre o tema, que já elencaram a



RELISE

vantagem da produção orgânica para a saúde (LOTTER, 2003; VIEIRA; GUILHERME; ITAVO; TASHIMA, 2016; SEUFERT; RAMANKUTTY; MAYERHOFER, 2017; EBERLE; ERLO; MILAN; LAZZARI, 2019; DE TONI et al., 2020).

### *Práticas sustentáveis na Rede Ecovida de Agroecologia*

Em relação à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável, os produtores entrevistados demonstraram conhecer o impacto sistêmico que suas ações provocam, o que pode ser justificado pelo fato de a Rede Ecovida proporcionar capacitação contínua nas três frentes que compõem o *Triple Bottom Line*. Nesse sentido, o P2-GP referiu-se a essa capacitação como responsável por criar uma consciência nas famílias integrantes da Rede, que impulsiona melhorias e que é importante tanto para os produtores quanto para o “futuro de todo mundo”, e citou como exemplo os cuidados com o ciclo da água e com o planeta, elementos que, em sua percepção, não são de sua propriedade, mas de uso comum. Isso evidencia o alinhamento dos produtores com a proposta do Relatório Brundtland (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987).

Na perspectiva do P1-GP, a sustentabilidade é “toda atividade ou ação que tu vais fazer e que ela se sustenta por si só, sem depender de nada e sem esgotar algum recurso do local [...] um modo de preservar o meio ambiente em que se vive e possibilitar sua existência futura”. Já o P1-MT disse que um livro de John Seymour sobre autossuficiência é que chamou a atenção para a sustentabilidade e o motivou a entrar no ramo dos orgânicos e ecológicos, pois o conceito apresenta características similares com a sustentabilidade: “pra mim ser autossuficiente é tudo o que eu consigo buscar de recurso dentro de uma pequena área possível, diminuir recursos da natureza e buscar dentro da própria localidade”.



RELISE

215

Já o P2-GP salientou que, na sua concepção, sustentabilidade é “produzir coisas com menor impacto possível e sem gasto de muitos insumos”, afirmando que essa característica é própria do modo de produção orgânico e ecológico e reiterando as tarefas de preservação que a Rede institui e que devem ser cumpridas. Na mesma direção, para o P2-MT, sustentabilidade “é eu produzir o alimento pra mim, pra minha família, ainda vender o excedente e que essa propriedade se autossustente, sem comprar insumos de fora”.

Assim, após apresentar o entendimento dos produtores sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, são detalhadas a seguir as práticas sustentáveis. Tais práticas, conforme Shreck, Getz e Feenstra (2006), podem caracterizar um sistema de produção orgânica como ambiental, econômica e socialmente sustentável.

### Práticas Ambientais

No que concerne à dimensão ambiental, todos os entrevistados enfatizaram a necessidade de manter áreas verdes nativas na propriedade, sem cultivo, para cumprir a legislação ambiental brasileira e a legislação própria para produção orgânica que a Rede Ecovida institui. A esse respeito, o P1-MT relatou que o estreitamento normativo é mais rigoroso dentro da própria Rede Ecovida, refletindo na limitação de certos insumos, inclusive para o manejo do solo. O P2-GP, por sua vez, mencionou que a Rede está em evolução contínua e enalteceu a abrangência e o rigor do acompanhamento ambiental prestado, incluindo requisitos que devem ser cumpridos para que o produtor se mantenha certificado. Além disso, citou que a Rede presta cursos e palestras com o intuito de orientar acerca da legislação.

Já o P1-GP disse que a preservação do solo e da vegetação em si é possibilitada pela ausência do uso de produtos químicos e fertilizantes e pelo próprio manejo do solo, bem como pela produção, ao máximo, dos “próprios



RELISE

insumos e sementes”, pelo cuidado com a água e pelo manejo correto da poda de árvores e de outras plantas para a transformação em matéria orgânica. Ao encontro disso, conforme complementou o P1-MT, buscar o adubo em uma propriedade distante implicaria a queima de combustível fóssil para realizar o transporte.

Sobre a questão ambiental, o P2-MT relatou:

A conservação ambiental é a mais importante de todas na minha propriedade, ela é respeitada, ela é fiscalizada, mas eu faço questão de cumprir essa parte, porque eu faço parte da natureza do meio ambiente, eu estou integrado a ela. Eu não consigo me agredir e então eu não vou conseguir agredir ela, porque eu não quero. Eu escolhi isso para mim (P2-MT).

A melhora do solo com a produção orgânica também é visível para os entrevistados. O P1-GP destacou que, com o manejo do solo, a fertilidade aumentou, o que é corroborado por P2-GP, para quem, após o plantio orgânico, “a vida do solo melhorou”. O P1-MT corroborou com essas asserções, mencionando que, “quanto mais a gente bota o composto orgânico ou o fertilizante orgânico, mais vida vai ter o solo” e maior será a qualidade dos alimentos. Ao encontro disso, o P2-MT afirmou que “antes era um solo morto sem vegetação e com musgo, hoje é um solo cheio de insetos, verde e cheio de vida. Inclusive, muita flor, muita variedade de vegetação rasteira, mudou cem por cento para melhor”. Essas práticas citadas se equiparam com os benefícios ambientais proporcionados pela agricultura orgânica apresentados por Gomiero, Pimentel e Paoletti (2011).

Referente ao controle de pragas, outra diferença em relação ao sistema convencional, o P1-GP alegou cultivar diferentes plantas no mesmo canteiro, pois seus diferentes aromas “vão inibindo como repelentes”. Segundo o produtor, há estudos sobre alopatias que sinalizam que diferentes culturas juntas inibem pragas e doenças e que borrifar extrato de plantas e ervas na produção ajuda nesse combate devido à ação fúngica, aspecto também citado por P1-MT





RELISE

217

e P2-GP. Já o P1-MT afirmou ser seduzido às vezes pelo pensamento de voltar a produzir com agrotóxicos em função da praticidade que esse modo de produção oferece, acrescentando, contudo, que, quando pensa em saúde, tem vontade de continuar na produção orgânica. O P2-GP salientou, ainda, que o combate depende de mão de obra e que há espaço para o desenvolvimento de tecnologias para esse mercado, justificando que seria possível crescer a produção e conseqüentemente baratear os orgânicos.

Outro quesito observado diz respeito à coleta de resíduos. P1-GP, P2-GP e P2-MT afirmaram que encaminham para a coleta seletiva municipal todo o resíduo produzido, além de usarem toda a matéria orgânica da propriedade para fazer adubos e compostos para pulverização e utilização nas plantas (P1-MT; P2-MT). O P1-GP salientou que, além de buscar utilizar ao máximo os recursos naturais, “as embalagens plásticas nós sempre pedimos pros clientes trazerem de volta, então a gente esteriliza e nós reutilizamos os plásticos e vidros”, aspecto que foi observado nas feiras, onde uma parte dos consumidores leva suas sacolas e embalagens para carregar e armazenar os alimentos.

Em relação ao sistema de cultivo, todos os produtores confirmaram que realizam a rotatividade do plantio. Tal rotatividade pode, inclusive, conforme o P1-MT, evitar a proliferação de fungos e outros complicadores que afetem as condições do solo. Assim, essa e as outras práticas mencionadas pelos entrevistados se mostram alinhadas com a dimensão ambiental da sustentabilidade, de modo que os produtores, incentivados e apoiados pela Rede, desenvolvem uma produção que atende às necessidades da sociedade, gerando menos poluição e utilizando menos recursos naturais (ELKINGTON, 1998; ALMEIDA, 2002; ELKINGTON, 2004; BARBIERI et al., 2010).

### Práticas Econômicas

Quanto aos aspectos econômicos, P2-GP disse que teve uma ascensão



RELISE

218

econômica desde que ingressou na Rede. Igualmente, o P2-MT, que não produzia antes do ingresso na Rede Ecovida, alegou ter tido um aumento considerável de renda após a adesão à produção de orgânicos. O P1-MT, por sua vez, lembrou que as questões climáticas a que os produtores estão sujeitos podem impactar os lucros. Já o P1-GP destacou o aumento pela procura dos orgânicos, ponderando, entretanto, que esse aumento não está refletindo em vendas de forma tão significativa. Para contornar esse cenário, o produtor ressalta que estão buscando ofertar produtos novos e diferentes e encontrando meios alternativos de levar esses produtos ao cliente.

O P1-GP mencionou, ainda, que, embora a procura por orgânicos tenha crescido, conforme destacado na literatura (REGANOLD; WACHTER, 2016; MORAES; OLIVEIRA, 2017; SEUFERT; RAMANKUTTY; MAYERHOFER, 2017; WILLER et al. 2020), o apoio por parte das prefeituras e do Estado não acompanhou essa crescente, não havendo técnicos preparados para prestar suporte, subsídios e orientação a novos produtores na atividade de agricultura orgânica. O produtor declarou, também, que, apesar disso, vê notícias de incentivos para grandes produtores de monoculturas “a toda hora”, destacando que o custo para manter uma certificação individualmente varia entre três e dez mil reais por ano e atribuindo à Rede Ecovida a viabilidade da sua atividade de produção orgânica por meio de um pagamento simbólico.

Além disso, P1-MT, P2-GP e P2-MT destacaram que possuem maquinário próprio adquirido mediante financiamento no programa Mais Alimentos, o que pode evidenciar falha de comunicação sobre as políticas públicas disponíveis para a modalidade de produção orgânica. Percebe-se, assim, um descontentamento dos produtores em relação ao apoio do município, nas diferentes gestões, como evidencia o seguinte relato de P2-MT: “se fosse pela vontade do município, pela falta de apoio, deveríamos parar de produzir e fazer a feira [...] eles mais nos perturbam e exigem, do que nos apoiam a



RELISE

produzir”. É sabido, contudo, que maior incentivo, visibilidade e estímulo às políticas públicas que fortalecem a agricultura orgânica melhoram a sustentabilidade no setor alimentar (PADUA; SCHLINDWEIN; GOMES, 2013; SILVA; SILVA, 2016; MORAES; OLIVEIRA, 2017).

Acerca da comercialização, todos os produtores relataram comercializar seus produtos em feiras orgânicas, restaurantes e fruteiras ecológicas de Caxias do Sul e da região da Serra Gaúcha. Em complemento, o P2-GP mencionou que algumas lojas revendem os produtos para Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, mas que a logística é um obstáculo para realizar as transações, diferentemente do que ocorre na produção convencional, em que, em suas palavras, “[...] já está pronto! Tu bota aqui e tem cinquenta que querem levar pra lá”. Nessa mesma direção, P1-MT salientou que a venda a mercados é bastante restrita devido ao valor e ao consumo não exclusivo de orgânicos, afirmando, entretanto, que as vendas têm aumentado gradativamente e lamentando a falta de conhecimento das pessoas sobre a produção orgânica – uma lacuna que pede a aproximação com os produtores, aproximação essa que, inclusive, pode ser exposta como um atrativo para propagar a consciência e as questões de saúde, não pensando apenas no consumo e não gerando “uma guerra entre orgânico e convencional”.

Em relação ao preço de venda, os produtores destacaram que o processo produtivo que envolve o sistema orgânico encarece o preço do produto. Como relataram P2-MT e P1-MT, o fato de o processo produtivo ser quase todo manual, o cuidado precisar ser diário e os insumos serem mais escassos afeta o preço de venda. A esse respeito, o P1-MT disse que o valor cobrado pelos produtos compensa, mas “não é aquela coisa de ‘vou ficar rico produzindo orgânicos’”. Citou, ainda, que algumas pessoas pensam que produzir orgânico seja uma forma de sucesso financeiro na vida, quando na verdade “não é bem assim”. O preço do alimento convencional pode equivaler à metade do preço do



RELISE

220

orgânico, mas os recursos envolvidos na produção dos orgânicos são de três a cinco vezes menores que os empregados no sistema convencional. Além disso, é preciso levar em consideração que o volume de minerais contidos no alimento orgânico é maior que nos convencionais. Ao encontro disso, o P2-GP mencionou: “a menor perecibilidade dos alimentos agrega mais valor ao produto, pois diminuem as perdas”. Segundo a literatura, financeiramente, a produção orgânica pode equivaler à produção convencional (LOTTER, 2003; SEUFERT; RAMANKUTTY; FOLEY, 2012; REGANOLD; WACHTER, 2016), mas ainda há resistência dos consumidores devido aos preços em comparação aos convencionais, que podem apresentar uma variação aproximada de 30% (VIEIRA; GUILHERME; ITAVO; TASHIMA, 2016; ASCHEMANN-WITZEL; ZIELKE, 2017).

Assim, as práticas e os resultados referentes à dimensão econômica expostos nesta seção reforçam e legitimam o trabalho dos produtores e da Rede. As estratégias comerciais adotadas geram renda suficiente para o sustento dos produtores, com bons rendimentos médios mensais; aumento do ingresso de produtores na rede e dos consumidores que comprem esses produtos; e crescimento da produção e do consumo mundiais (ELKINGTON, 1998; ELKINGTON, 2004; SCHULZ; FLANIGAN, 2016).

### Práticas Sociais

No que diz respeito às práticas sociais, percebe-se um senso de pertencimento entre os entrevistados, que, em algumas oportunidades, citaram a Rede Ecovida como uma família. O P1-MT ressaltou esse sentimento: “um inspeciona a propriedade do outro [...] é uma segunda família, é uma empresa, são sócios, então isso gera uma teia que todo mundo progride e crescem juntos”. O P1-GP corroborou essa visão, afirmando se tratar de “uma família que a gente cria dentro do vínculo ecológico” e estendendo essa mesma caracterização aos



RELISE

221

clientes: “a venda da confiança”. Ademais, o P2-MT disse que “[...] o grupo é uma família. E nessa família a gente tem a liberdade e a obrigação de expor qualquer dúvida ou problema da propriedade [...]”. Na visita às feiras, também foi possível notar que os produtores se ajudam e que não estão competindo uns com os outros, mas instaurando uma relação de ganha-ganha. Tal achado vai ao encontro da percepção de que as relações de vizinhança estão presentes e são estimuladas como um dos atributos da agroecologia (NODARI; GUERRA, 2015; SILVA; SILVA, 2016).

A prova social de que a Rede se estabeleceu e apresenta uma relevância para a sociedade consiste no reconhecimento por todos os membros das normas estabelecidas (P1-GP; P2-GP; P1-MT; P2-MT) e no aumento do número de produtores que fazem parte do sistema participativo (P1-GP; P2-MT). Os produtores têm autonomia para cumprir as diretrizes da Rede, o que fica claro no depoimento do P1-GP ao relatar que as pessoas de um grupo auditam outro grupo: “é exigência do Ministério para que seja validado o certificado orgânico no modelo participativo. É feito por meio de uma comissão de ética que visita as propriedades e reúne as questões para serem discutidas em um conselho e são definidas ações”. Para cumprir essas diretrizes, eles preenchem um caderno de campo, sob orientação do Ministério da Agricultura, o que foi citado pelos entrevistados e destacado na fala do P1-MT:

[...] tudo que está sendo utilizado na propriedade está lançado em uma tabela, que é verificada, bem como a propriedade como um todo. Essas verificações ocorrem uma vez por mês, e os grupos têm obrigação de fiscalizar os demais integrantes para ver como está funcionando cada unidade, o que se está fazendo uso, e entender as dificuldades e auxiliar na solução dos problemas, sendo essa troca de experiências e práticas é que mais cultiva a união do grupo (P1-MT).

Na visão dos produtores, todos têm voz na Rede e se sentem respeitados. O P1-GP disse que há “muitas pessoas com diferentes pontos de vista, e isso gera bastante discussão de ideias, mas ao final todos chegam ao



RELISE

222

consenso do que é melhor para todos”. Além disso, mencionou que as regras são criadas e têm de ser atendidas, mas dentro da filosofia e do modo de vida de cada um. Os demais entrevistados apresentaram falas concordantes, ressaltando que todos têm a liberdade de expressar suas ideias e discordar de algo e que as questões são postas em assembleia e discutidas com as mais diversas instâncias da Rede caso necessário (P1-MT; P2-MT; P2-GP), de modo que o movimento aproxima e proporciona trocas de conhecimento e ajuda mútua.

Observa-se, ainda, uma filosofia de vida em comum entre os produtores para essa consciência acerca da produção orgânica, que contaram aspectos sobre sua cultura, seus valores e suas crenças. P1-GP e P2-MT alegaram não sofrer interferência por participar da Rede, atentando apenas para as regras que devem ser seguidas, pois são válidas para todos. O P1-MT, por sua vez, fez menção à quebra da visão tradicional que propicia às pessoas quando explica o funcionamento da produção, despertando interesse nelas acerca do manejo dos produtos orgânicos, e disse sofrer interferência em suas crenças, suas tradições e sua cultura por meio das trocas realizadas nas reuniões da Rede, o que exerce influência no aprendizado e nas vivências e desenvolve o senso coletivo. Ao encontro disso, o P2-GP expôs que seu redirecionamento para o cultivo orgânico implicou uma mudança de consciência para si e para a família, mudança essa que ocorreu de forma gradual, mobilizando conceitos intrínsecos ao negócio, tais como a sustentabilidade, e que é relatada também na literatura, que prevê que o aumento da consciência ambiental contribui para o desenvolvimento da produção orgânica (REGANOLD; WACHTER, 2016; KOCISZEWSKI et al., 2020).

Sobre o tema da educação, formação e informação, todos os produtores destacaram a atuação da Rede Ecovida na promoção de conhecimento relacionado à agroecologia. No relato do P1-GP, ficou evidente que a Rede



RELISE

223

promove cursos básicos de produção orgânica e manejo do solo, assim como palestras e oficinas práticas, que são realizadas em linguagem simples para facilitar a aplicação posterior. Nesse sentido, o entrevistado disse que o modelo participativo enriquece a experiência e facilita a solução de problemas, já que outras pessoas podem ter vivenciado problemas similares e possuem conhecimento acerca da solução. Ainda nessa direção, o P1-MT afirmou buscar subsídios ao conhecimento na *Internet* e em livros, mencionando que a troca entre os produtores agrega bastante valor por se tratar de um conhecimento de cunho prático, o que para ele proporciona um auxílio importante. Já o P2-MT destacou que, quando surgem questões mais urgentes, é possível recorrer a canais de comunicação como telefone e *e-mail*, entrando em contato diretamente com a Rede Ecovida, e que, se houver necessidade de treinamento, basta acionar o grupo que haverá resposta imediata para sua demanda.

Em relação à saúde e qualidade de vida, todos os produtores citaram esse fator como principal para o ingresso na produção orgânica. O P1-GP expôs que a atividade do cultivo orgânico é prazerosa e satisfatória por estar lidando com a natureza e com a terra, além de produzir um alimento digno e saudável e buscar primeiramente a qualidade de vida e a produção de alimentos saudáveis, principalmente na comparação com os alimentos de cultivo convencional, que possuem muitos aditivos e ingredientes não orgânicos – aspectos também mencionados por P1-MT e P2-GP. No relato do P2-MT, ficou evidente sua satisfação: “estou há dez anos sem ir a uma farmácia. Antes de entrar para os orgânicos, estava sempre doente e agora praticamente não adoço mais e sei exatamente o que estou consumindo”.

Tais elementos indicam que há entre os produtores da Rede a presença de práticas que compõem a dimensão social, como voluntariado, praticado em diversas instâncias, educação e formação ambiental para os membros e bem-estar dos trabalhadores. Esses achados confirmam o já evidenciado pela



RELISE

224

literatura como características da dimensão social em sistemas agroecológicos de produção (ELKINGTON, 1998; ELKINGTON, 2004; SCHULZ; FLANIGAN, 2016).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do objetivo desta pesquisa – analisar, sob a perspectiva econômica, social e ambiental, se as práticas de produtores de orgânicos da Rede Ecovida de Agroecologia estão alinhadas com o desenvolvimento sustentável –, evidenciou-se que os produtores entrevistados, integrantes de dois grupos do Núcleo Regional da Serra Gaúcha da Rede Ecovida de Agroecologia de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Sul do Brasil, apresentam práticas que se encaixam em todas as dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental. O que mais ficou evidente, além das práticas sustentáveis, é que esses produtores têm na agroecologia uma filosofia de vida, que consiste na busca pela preservação do planeta e por uma alimentação saudável, livre de componentes químicos artificiais.

Além disso, o impacto do trabalho da Rede é visível, uma vez que, independentemente do nível de escolaridade, os produtores têm entendimento do impacto sistêmico de suas atividades no desenvolvimento sustentável de sua família, da Rede, da cidade e do planeta. Nas idas às feiras, foi possível identificar a paixão que esses produtores apresentam pela produção orgânica e sua felicidade em relação aos benefícios oriundos dessa produção, que incluem consumir alimentos saudáveis, vender seu excedente e levar um pouco de conscientização para os consumidores.

Ressalta-se, ainda, a percepção de que o alinhamento dos entrevistados com as diretrizes da Rede está presente em seu dia a dia, o que reflete em práticas que conscientizaram esses produtores. Tais práticas se alinham com o desenvolvimento sustentável e demonstram que cada um pode, a partir de suas





RELISE

225

ações, contribuir para satisfazer às necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades de reprodução econômica e social das gerações futuras.

Para estudos futuros, sugere-se uma atualização das dimensões do *Triple Bottom Line*, bem como a aplicação de uma pesquisa quantitativa, com maior abrangência na Rede Ecovida de Agroecologia, para que os resultados possam ser generalizados para toda a Rede. Outra possibilidade, pensada a partir dos relatos dos entrevistados neste estudo, seria o desenvolvimento de investigações comparativas de qualidade de vida, inclusive na área da saúde, com produtores de sistemas orgânicos e convencionais.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Rede Ecovida de Agroecologia, aos responsáveis pelo Núcleo Regional da Serra Gaúcha, pela receptividade e abertura da entidade para a realização da pesquisa. Igualmente agradecemos aos produtores que participaram da pesquisa. Este estudo recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## REFERÊNCIAS

ACELEANU, M. I. Sustainability and Competitiveness of Romanian Farms through Organic Agriculture. **Sustainability**, v. 8, n. 3, 1-19, 2016. DOI: <https://doi.org/10.3390/su8030245>.

ASCHEMANN-WITZEL, J.; ZIELKE, S. Can't buy me green? A review of consumer perceptions of and behavior toward the price of organic food. **Journal of Consumer Affairs**, v. 51, n. 1, p. 211–251, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/joca.12092>.

ASCUI, F.; FARMERY, A. K.; GALE, F. Comparing sustainability claims with assurance in organic agriculture standards. **Australasian Journal of**



RELISE

226

**Environmental Management**, v. 27, n. 1, p. 22-41, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/14486563.2019.1682078>.

BARDIN, L. **Analyse de contenu**. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

BARTELMUS, P. Dematerialization and capital maintenance: two sides of the sustainability coin. **Ecological Economics**, v.46, n.1, p.61-81, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0921-8009\(03\)00078-8](https://doi.org/10.1016/S0921-8009(03)00078-8).

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (ed.). **The Sage Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Thousand Oaks, California: Sage, 2017.

EBERLE, L.; ERLO, F. L.; MILAN, G. S.; LAZZARI, F. Um Estudo sobre Determinantes da Intenção de Compra de Alimentos Orgânicos. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 13, n. 1, p. 94-111, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v13i1.1759>.

DE TONI, D.; MILAN, G. S.; LARENTIS, F.; EBERLE, L. Image Configuration of Organic Food and its Motivation for Consumption. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. e02324, p. 1-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20170232r4vu202015ao>.

ELKINGTON, J. Accounting for the Triple Bottom Line. **Measuring Business Excellence**, v. 2, n. 3, p. 18-22, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1108/eb025539>.

ELKINGTON, J. Enter the Triple Bottom Line. *In*: HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. (Org.). **The triple bottom line: does it all add up?** London: Earthscan, p. 1-16, 2004.

FRANCIS, C. et al. Agroecology: The Ecology of Food Systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1300/J064v22n03\\_10](https://doi.org/10.1300/J064v22n03_10).

FIGGE, F.; HAHN, T. Sustainable value added: measuring corporate contribution to sustainability beyond eco-efficiency. **Ecological Economics**, v. 48, n. 2, p. 173-187, 2004.

FLICK, U. (ed.). **Managing Quality in Qualitative Research**. 2. ed. London: Bookman, 2018.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. B. As múltiplas funções da agricultura familiar:



RELISE

227

um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 449-472, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032011000200008>.

GOMIERO, T.; PIMENTEL, D.; PAOLETTI, M. G. Environmental impact of different agricultural management practices: conventional vs. organic agriculture. **Critical reviews in plant sciences**, v. 30, n. 1-2, p. 95-124, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/07352689.2011.554355>.

KOCISZEWSKI, K. et al. Social Values in Stimulating Organic Production Involvement in Farming – The Case of Poland. **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 1-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12155945>.

LEHTONEN, M. The environmental – social interface of sustainable development: capabilities, social capital, institutions. **Ecological Economics**, v. 49, n. 2, p. 199-214, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2004.03.019>.

LOTTER, D. W. Organic agriculture. **Journal of sustainable agriculture**, v. 21, n. 4, p. 59-128, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1300/J064v21n04\\_06](https://doi.org/10.1300/J064v21n04_06).

MEDLAND, L. Working for social sustainability: insights from a Spanish organic production enclave. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 40, n. 10, p. 1133-1156, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/21683565.2016.1224213>.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research: A guide to design and implementation**. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2009.

MORAES, M. D. de; OLIVEIRA, N. A. M. de. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 3, n. 1, p. 19-37, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/rdsd.v3i1.3372>.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 83, p. 183-207, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100010>.

ORGANIS & MARKET ANALYSIS. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil: primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos**. 2017. Disponível em: <http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org%C3%A2nicos-no-Brasil-Relat%C3%B3rio-V20170718.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.



RELISE

228

PADUA, J. B.; SCHLINDWEIN, M. M.; GOMES, E. P. Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006. **Interações (Campo Grande)**, v. 14, n. 2, p. 225-235, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122013000200009>.

PERCY, W. H.; KOSTERE, K.; KOSTERE, S. Generic qualitative research in psychology. **The Qualitative Report**, v. 20, n. 2, p. 76-85, 2015. DOI: <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2015.2097>.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (Brasil). **Sobre**. 2021. Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 22 out. 2021.

REGANOLD, J. P.; WACHTER, J. M. Organic agriculture in the twenty-first century. **Nature plants**, v. 2, n. 2, p. 1-8, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1038/nplants.2015.221>.

ROCHA, J. M. Agroecologia em Caxias do Sul: razões, ações e (des) ilusões. **Perspectiva econômica**, v. 4, n. 1, p. 50-68, 2008.

SEUFERT, V.; RAMANKUTTY, N.; FOLEY, J. Comparing the yields of organic and conventional agriculture. **Nature**, v. 485, n. 7397, p. 229-232, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1038/nature11069>.

SEUFERT, V.; RAMANKUTTY, N.; MAYERHOFER, T. What is this thing called organic? – How organic farming is codified in regulations. **Food Policy**, v. 68, p. 10-20, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2016.12.009>.

SHRECK, A.; GETZ, C.; FEENSTRA, G. Social sustainability, farm labor, and organic agriculture: Findings from an exploratory analysis. **Agriculture and Human Values**, v. 23, n. 4, p. 439-449, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-006-9016-2>.

SILVA, Á. T. da; SILVA, S. T. da. Panorama da agricultura orgânica no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, n. Especial, p. 1031-1040, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v23i0.8635629>.

SMITH, O. M. et al. Organic Farming Provides Reliable Environmental Benefits but Increases Variability in Crop Yields: A Global Meta-Analysis. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 3, n. 82, p. 1-10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2019.00082>.



RELISE

229

VIEIRA, E. T. V.; GUILHERME, D. de O.; ITAVO, L. C. V.; TASHIMA, L. da C. N. Agricultura orgânica: solução para o século XXI? **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 184-202, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v6i2.3973>.

WILLER, H. et al. (Eds.). **The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2020**. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick, and IFOAM – Organics International, Bonn. 2020. Disponível em: <https://orgprints.org/37222/9/willer-et-al-2020-full-document-2020-02-28-4th-corrigenda.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. New York, NY: Oxford University Press, 1987.